



**OS DEPUTADOS**

Deputada Rogéria Santos | REPUBLICANOS/BA

## **REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 2024** (Da Sra. Rogéria Santos)

Requer que sejam solicitadas informações ao Ministério dos Transportes, acerca da atual condição e administração da BR-324, localizada entre Salvador e Feira de Santana, e da BR-116, localizada entre Feira de Santana até a divisa com o estado de Minas Gerais.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup>, com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações do Ministério dos Transportes, acerca da atual condição e administração da BR-324, localizada entre Salvador e Feira de Santana, e da BR-116, localizada entre Feira de Santana até a divisa com o estado de Minas Gerais.

### **JUSTIFICAÇÃO**

A diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aprovou, no dia 18 de outubro, o encerramento do contrato de concessão da concessionária ViaBahia nas rodovias BRs 116 e 324, duas das três principais rodovias federais que cortam o estado, além das BAs 526 e 52<sup>1</sup>.

A ViaBahia ganhou a licitação, em outubro de 2009, para administrar por 25 anos um trecho de aproximadamente 680 km de rodovias, incluindo as BR-324 entre Salvador e Feira de Santana e BR-116 de Feira de

<sup>1</sup> <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2024/10/18/concessao-rodovias-viabahia.ghtml>





## OS DEPUTADOS

Deputada Rogéria Santos | REPUBLICANOS/BA

Santana até a divisa com o estado de Minas Gerais. Integralmente localizada no estado da Bahia, a extensão cruza 26 municípios, incluindo a capital Salvador, Feira de Santana, Jequié e Vitória da Conquista.

A cobrança do pedágio teve início pouco mais de um ano depois, em dezembro de 2010, após a realização de algumas obras emergenciais. No ano seguinte, em julho de 2011, o Ministério Público Federal na Bahia (MPF) entrou com uma ação contra a concessionária alegando irregularidades na BR-324, como imperfeições, buracos no acostamento e na rodovia, além de passarelas sem cobertura. De acordo com o MPF, os problemas deveriam ter sido resolvidos antes da cobrança do pedágio. Em 2013, o Ministério Público entrou com outra ação contra a concessionária, solicitando que a Justiça federal suspendesse a cobrança de pedágios na BR-324 por não apresentar um cronograma de execução das obras.

Em julho de 2022, o MPF entrou com uma ação civil pública na Justiça Federal contra a União, a ANTT e a ViaBahia para execução de obras emergenciais na BR-324 para diminuir acidentes no acesso ao distrito de Terra Nova e no trecho urbano de Amélia Rodrigues. A extensão sob responsabilidade da empresa abrange 27 municípios, incluindo a capital Salvador, Feira de Santana, Jequié e Vitória da Conquista.

Em setembro, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, anunciou que o governo federal iria retirar a concessão da ViaBahia para administração das BRs 116 e 324. O anúncio foi feito em Vitória da Conquista, na região sudoeste.

A ANTT afirmou, por meio de nota, que o fim da concessão aconteceu diante da impossibilidade de um acordo que permitisse a continuidade da ViaBahia por meio da modernização do contrato. Além disso, o órgão entendeu que a concessão seria prejudicial tanto à concessionária quanto à sociedade.

A BR-324 liga Salvador até Feira de Santana, maior entroncamento rodoviário do Norte/Nordeste brasileiro. Diariamente, cerca de 245 mil veículos passam pelo trecho de 110 km que separa as duas principais cidades





## OS DEPUTADOS

Deputada Rogéria Santos | REPUBLICANOS/BA

do estado. Nesta região, há duas praças de pagamento de pedágio: uma em Simões Filho e outra em Amélia Rodrigues.

Logo, a informação detalhada sobre os aspectos do Processo envolvendo a concessão dos trechos rodoviários no estado baiano, bem como acerca das condições e administração são necessárias com o objetivo de entender os motivos de eventuais paralisações ou atrasos nas obras para que se possa buscar e permite a proposição de soluções mais assertivas que assegurem e contribuam efetivamente para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Portanto, este requerimento visa promover a transparência, a responsabilidade e a eficiência na gestão das obras de infraestrutura no Estado da Bahia, diante do impasse envolvendo as rodovias, com prejuízos à sociedade.

Ante o exposto, solicitamos o apoio para a aprovação do presente Requerimento de Informações, acerca das atuais condições e administração das rodovias 324 e 116, que passam pelo estado da Bahia.

Sala das Sessões, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

**ROGÉRIA SANTOS**  
Deputada Federal

